

PENSATAS

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, HISTÓRIA E MEMÓRIA: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAISViviani Teodoro dos Santos¹, Elisa Yoshie Ichikawa²,

1- Universidade Estadual de Maringá - UEM
Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR
2- Universidade Estadual de Maringá - UEM

RESUMO

A Teoria das Representações Sociais (TRS), de Serge Moscovici, inaugurou uma nova forma de pensar a construção do conhecimento, principalmente por instituir o saber do senso comum como algo que mereça ser estudado pelo campo científico. Além de compreender o processo de familiarização de um novo conhecimento, é igualmente relevante discutir o quanto essa transformação do estranho em familiar se utiliza de acervos contidos na memória, constituídos tanto por registros recentes, quanto por aqueles provenientes de um tempo histórico anterior, transmitidos de geração em geração. Desse modo, o objetivo deste ensaio teórico é conhecer as influências que a história e a memória coletiva exercem na construção das representações sociais, interferindo na constituição de um sujeito capaz de criar novas compreensões e agir por meio delas, bem como refletir brevemente, o quanto a TRS pode contribuir com os Estudos Organizacionais à medida que amplia a concepção atual de Homem adotada pelas organizações.

Palavras Chave: Representações Sociais, Conhecimento, Memória Coletiva, Sujeito, Estudos Organizacionais.

ABSTRACT

The Social Representation Theory (SRT), by Serge Moscovici, inaugurated a new way of thinking about the construction of knowledge, mainly by instituting common-sense knowledge as something that deserves to be studied by the scientific field. In addition to understanding the process of familiarizing a new knowledge, it is equally relevant to discuss how this transformation of the stranger into familiar uses of collections contained in memory, constituted both by recent records and by those from an earlier historical time, transmitted from generation to generation. Thus, the objective of this theoretical essay is to know the influences that history and collective memory exert in the construction of social representations, interfering in the constitution of a subject capable of creating new understandings and acting through them, as well as briefly reflect, how much TRS can contribute to Organizational Studies as it broadens the current conception of Man adopted by organizations.

Keywords: Social Representations, Knowledge, Collective Memory, Subject, Organizational Studies.

INTRODUÇÃO

O interesse do meio científico em compreender como se dá a construção do conhecimento, fez com que ao longo do tempo diversas teorias surgissem como formas convincentes de explicar tal fenômeno. Mas entre as formas de se compreender esse processo, muitas abordagens preocuparam-se somente com o indivíduo e sua capacidade cognitiva de assimilar e produzir conhecimento. A Teoria das Representações Sociais se configura como uma teoria interessada em conhecer como se dá a formação do conhecimento, mas que levam em conta, além dos aspectos cognitivos, os aspectos sociais, voltando-se à construção dos saberes populares.

Os estudos das representações sociais, enquanto forma de conhecimento, passam a olhar para as práticas cotidianas, a linguagem e as formas de comunicação, lançando luz sobre um conhecimento que é produzido também pelo homem comum, que por meio de processos cognitivos e sociais interpreta o mundo que está a sua volta, resultando em uma compreensão coletiva, ou seja, uma representação social.

Enquanto forma de conhecimento, as representações sociais constituem uma

vertente teórica da Psicologia Social, mas se relaciona com outras correntes, seja da Filosofia, História, Sociologia e Psicologia Cognitiva, que também se interessam pela questão do conhecimento (SPINK, 1993). No que refere a esta transdisciplinaridade, o presente ensaio teórico tratará das representações sociais predominantemente por meio da visão da Psicologia Social, como também contará com o auxílio de alguns conceitos da História e da Antropologia.

A Teoria das Representações Sociais está pautada na ideia de que para construir coletivamente uma interpretação, o indivíduo busca no seu acervo mental, imagens e concepções já conhecidas, vinculando estas ao objeto que ainda lhe é estranho, de modo que, por meio de uma espécie de comparação, este novo objeto vá sendo tateado até que seja definido por completo como um novo conceito.

Mas afinal, de que é composto esse acervo ao qual se recorre no momento de se construir a interpretação de um novo objeto? É composto apenas por conhecimentos adquiridos num tempo recente pelo próprio indivíduo, ou seria também composto por acontecimentos históricos, presenciados ou não, transmitidos de geração em geração? Neste

sentido, o principal objetivo deste ensaio teórico é discutir a influência da história e da memória coletiva no processo de elaboração das representações sociais.

Antes de prosseguir, é preciso esclarecer que o ensaio representa a visão e o interesse de uma pesquisadora da área de Administração, por teorias que contemplem aspectos cognitivos e sociais na construção do conhecimento, partindo sempre de pressupostos que entendem o sujeito como capaz de criar as próprias compreensões e que por meio destas, consiga transformar sua própria condição sócio-histórica, bem como a realidade a qual esteja inserido, mesmo que não por meio de grandes rupturas, mas por meio de pequenos e gradativos movimentos de re-construção.

Neste sentido, o ensaio está composto por cinco partes: a primeira tratando de situar e conceituar as representações sociais, desde sua compreensão sociológica, até sua estruturação pelo psicólogo social Serge Moscovici; na segunda parte se discute os aspectos que articulam as representações sociais com a história e a memória coletiva; em seguida procura-se compreender o perfil do sujeito ou do grupo que produz as representações sociais. E por fim, antes das considerações finais, faz-se algumas considerações a respeito da importância da

Teoria das Representações Sociais para os Estudos Organizacionais.

SITUANDO E CONCEITUANDO AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para iniciar a compreensão das Representações Sociais (RS), é preciso ter em mente que representações, segundo Cardoso (2000), é um tema discutido na filosofia, desde o século XVII, quando Nicolas Malebranche (1638-1715) acreditava que o que se percebe de um corpo é a ideia dele, trazendo, desse modo, as ideias como substitutas dos objetos exteriores. Para Minayo (1995, p.89), o termo filosófico Representações Sociais, “significa a reprodução de uma percepção retida na lembrança ou conteúdo do pensamento”.

No entanto, a discussão das representações não se manteve exclusiva da área da filosofia, mas extrapolou, entre outras áreas, para a sociologia, antropologia, história cultural e psicologia social. Para Moscovici (1995), o conceito da representação social ou coletiva, nasceu na sociologia e na antropologia, por meio dos trabalhos de Durkheim e Lévi-Bruhl, servindo de base para uma teoria da religião, da magia e do pensamento mítico, bem como desempenhou papel importante na teoria da linguagem de Saussure, na

teoria das representações infantis de Piaget e na teoria do desenvolvimento cultural de Vygotsky.

Durkheim, quando fez uso do termo representação coletiva, referindo-se a categorias de pensamento através da qual determinada sociedade elabora e expressa sua realidade, afirmava que essas categorias surgem ligadas aos fatos sociais, transformando-se posteriormente em fatos sociais, portanto não são dadas a priori, nem são universais na consciência. (MINAYO, 1995).

Com Durkheim, as representações passam a ser consideradas como um grupo de fenômenos específicos que não surgem conscientemente no indivíduo, mas sim na sociedade, conservando as características da realidade social de origem e ao mesmo tempo dotadas de vida independente (MINAYO, 1995). A grosso modo, Durkheim supera o foco individual e cognitivo e por meio, das representações coletivas, joga luz ao caráter social do conhecimento. Para Durkheim:

As Representações Coletivas traduzem a maneira como o grupo se pensa nas suas relações com os objetos que o afetam. Para compreender como a sociedade se representa a si própria e ao mundo que a rodeia, precisamos considerar a natureza da sociedade e

não a dos indivíduos (DURKHEIM, 1978, p. 79).

Para Moscovici (1978), a intenção de Durkheim era designar a especificidade do pensamento social em relação ao pensamento individual, entendendo que assim como a representação individual não se reduz à atividade cerebral, a representação coletiva também não se reduz à soma das representações dos indivíduos integrantes de uma sociedade.

Nesta mesma linha, da primazia do social sobre o individual, é que Serge Moscovici cria a Teoria das Representações Sociais. No entanto, difere da visão durkheimiana que empregava às representações coletivas as mesmas características do fato social, a saber, exterioridade em relação às consciências individuais e capacidade de exercer ação coercitiva sobre as consciências individuais (MINAYO, 1995).

Ao que tudo indica, Moscovici comemora em Durkheim o reconhecimento do social sobre o individual, como forma de consolidar a própria psicologia social que desejava sair de uma visão cognitivista, individual e passiva, mas isso não significa o rechaço do indivíduo, ou a redução da sua consciência às forças de coerções externas, pois o indivíduo ainda integra ativamente esse processo relacional das representações

sociais. Para Sawaia (1995, p.77) “a representação é social, não porque sofre as determinações sociais, mas pela forma como é construída”.

Como destaca Moscovici:

Na relação com a natureza e com os outros homens, tendo em vista a realização de suas necessidades, dentro de um determinado conjunto de relações sociais e de uma cultura específica, o indivíduo cria sua representação das coisas e fixa o aspecto fenomenal da realidade (MOSCOVICI, 1988, p. 230).

Ainda no intuito de situar as reflexões do presente ensaio, se mostra útil indicar que os conceitos de representações sociais que aqui serão tratadas são àqueles provenientes da Psicologia Social, mais especificamente, da Teoria das Representações Sociais criada por Serge Moscovici e amplamente estudada e expandida por seus seguidores. Logo, seria pertinente também, situar própria Psicologia Social.

A Psicologia Social surge na Psicologia em razão da influência das Ciências Sociais. Segundo Álvaro e Garrido (2006), além de Durkheim, contribuíram igualmente com o surgimento da Psicologia Social, Gabriel Tarde, Augusto Comte e Georg Mead. Segundo Gonzáles Rey (2004), em 1895, George Mead chama atenção para o fato de

que a comunicação entre indivíduos representava um recurso mediador no processo de construção da identidade.

Desse modo, as relações interpessoais passam a desempenhar um papel importante na construção da subjetividade humana. A institucionalização da Psicologia Social ocorreu nos Estados Unidos por meio da orientação comportamental de Floyd Allport na década de 1920 (GONZÁLES REY, 2004). A grosso modo, a Psicologia Social nasce da necessidade de se ampliar a visão do indivíduo isolado, para as relações dos indivíduos em sociedade, como se comportam em grupo e compartilham suas crenças e culturas.

Sendo assim, de acordo com Sá (1995), ao criar a Teoria das Representações Sociais, Moscovici, além de um novo campo de estudo, queria ao mesmo tempo, redefinir os problemas e os conceitos da Psicologia Social. Quanto à perspectiva renovadora de Moscovici, Robert Farr (1987, p. 346) afirma que, “como uma forma explicitamente social de psicologia social ela constitui uma importante crítica da natureza individual de muito da, assim chamada, psicologia social na América do Norte e Grã-Bretanha”.

Conforme Sá (1995), a vertente psicossociológica renovadora de origem

européia, a qual pertencia Moscovici, criticava a tradição norte-americana dominante principalmente por focar nos processos individuais, enquanto influenciados por algo tão vagamente social quanto a presença real, imaginária ou implícita de outros indivíduos. O autor afirma que, como considerava Allport, era preciso a emergência de uma psicologia social mais socialmente orientada, que levasse em conta tanto os comportamentos individuais quanto os fatos sociais.

Interessado em observar como se dava a disseminação de um novo corpo de conhecimento numa população, Moscovici desenvolve uma pesquisa na França, na década de 1950, que resultou em sua obra seminal *A Representação Social da Psicanálise*, publicada em 1961. Dentre as diversas formas de elucidar as representações sociais, Moscovici afirma que:

A representação social é um corpus organizado de conhecimentos e uma das atividades psíquicas graças às quais os homens tornam inteligível a realidade física e social, inserem-se num grupo ou numa ligação cotidiana de trocas, e liberam os poderes de sua imaginação (MOSCOVICI, 1978, p. 28)

Por meio de sua obra, Moscovici lança um novo olhar para o conhecimento proveniente do chamado senso comum, que normalmente é considerado inferior em relação ao conhecimento científico. Partindo da ideia de que a função principal da ciência é “transformar a existência dos homens” (MOSCOVICI, 1978, p. 17), o autor apresenta um interesse pelo conhecimento que surge na vida e nas relações cotidianas das pessoas, chamando atenção para a capacidade que estas possuem de construir sua própria compreensão sobre um fenômeno, mesmo que isso não seja científico, ou não seja de interesse do campo científico.

Jodelet (1986, p. 22), afirma que uma caracterização importante, apoiada pela comunidade científica, é que a representação social “é uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada, com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social”. A autora complementa que a representação social é considerada uma forma diferenciada do saber científico, um saber do senso comum, no entanto é considerado um objeto de estudo tão legítimo quanto o conhecimento científico.

As representações sociais estão presentes o tempo todo na sociedade, presentes tanto no campo simbólico, quanto nas práticas cotidianas, como “umas das vias de apreensão do mundo concreto” (MOSCOVICI, 1978, p. 44). Ainda, na tentativa de melhor caracterizar as representações sociais, Jodelet (1989a) apresenta quatro pontos importantes:

1. Trata-se de um saber prático que liga um sujeito a um objeto: será sempre uma representação de alguma coisa ou de alguém;
2. A representação mantém com o objeto uma relação de simbolização e interpretação, tanto para o sujeito individual quanto no coletivo;
3. A representação atua como um elemento nas decisões de como agir a seu respeito;
4. A representação desempenha um papel importante no ajuste prático do sujeito ao seu ambiente.

Diante desses aspectos, é possível perceber que o estudo das representações sociais passa ser uma forma do campo científico se interessar pelo modo como é processado e utilizado o conhecimento que aparentemente está acima das capacidades de compreensão do sujeito comum. É como que se o estudo das representações sociais legitimasse o direito de acesso ao conhecimento pelo sujeito que compõe a sociedade, enxergando também esse

processo não só em seu aspecto receptor, mas também na sua potencialidade de transmissão e transformação da realidade.

Se o propósito das representações sociais é tornar algo estranho em algo familiar, para que isso aconteça efetivamente, dois processos são fundamentais: a objetivação e a ancoragem. Para Moscovici (1978), a função da objetivação é tornar um esquema conceitual em algo real e para isso reabsorve um excesso de significações materializando-as. Jodelet (1984) define objetivação como uma operação imaginante e estruturante, por meio da qual o conhecimento sobre o objeto toma uma forma específica, transformando o conceito abstrato em algo concreto, quase tangível, materializando a palavra.

Segundo Moscovici (1978), a objetivação envolve dois tipos de esforços, a naturalização e a classificação, enquanto a primeira torna o símbolo real, a segunda dá à realidade um ar simbólico. A naturalização diz respeito a capacidade de tornar real àquilo que até então era abstrato, o que pode ocorrer inclusive com ajuda dos hábitos linguísticos, quando uma palavra já conhecida é utilizada para expressar a compreensão daquilo que está tentando tornar real. Por sua vez, a classificação organiza as inúmeras significações

existentes, selecionando os melhores atributos de maneira a formar um sistema de referências que lhe será útil posteriormente.

No processo de ancoragem, a sociedade transforma o objeto num instrumento útil, que é colocado numa escala de preferência nas relações sociais existentes, transformando a ciência num quadro de referência e rede de significações. Recorrendo ao mecanismo do investimento, a sociedade tenta uma primeira aproximação, como que tateando o objeto, para que por meio desse processo de domesticação o objeto possa ser associado a formas já conhecidas e assim seja reconsiderado por meio delas. Deixando de ser aquilo “de que se fala” para se converter naquilo “através de que” se fala (MOSCOVICI, 1978).

Ainda no que se refere a ancoragem, Moscovici (2009, p. 61), afirma que “esse é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriada”.

Para a consideração da historicidade das representações sociais, Villas Bôas (2010),

considera a objetivação e ancoragem como processos “psico-históricos”, ressaltando a importância de serem considerados como processos combinados, justapostos, sendo difícil discernir quando um inicia ou o outro se encerra. O importante é que por meio da objetivação e ancoragem o estranho é convertido em familiar, sendo concebido como uma realidade objetiva, sendo incorporado à linguagem e à memória coletiva.

REPRESENTAÇÃO SOCIAL, HISTÓRIA E MEMÓRIA COLETIVA

Partindo do princípio que a Teoria das Representações Sociais trata, tanto do aspecto cognitivo quanto das relações sociais na compreensão da formação do conhecimento, é difícil desvincular esse coletivo do seu contexto histórico. A história vivenciada pela sociedade será utilizada na construção das representações sociais, por meio dos processos de objetivação e ancoragem, como também terá sua estrutura modelada a partir das representações que são produzidas e transmitidas por meio do processo de comunicação.

Ao pretender unir conceitos da história e da psicologia social, Moscovici alerta para o fato das perspectivas serem diferentes, pois

enquanto historiadores estão interessados em de onde provêm as ideias que se tem sobre a sociedade e a política, se essas ideias são socialmente determinadas e qual sua validade, o próprio Moscovici está interessado nas seguintes questões: “Como as ideias são transmitidas de geração para geração e comunicadas de um indivíduo a outro?” e “Porque elas mudam o modo de pensar e de agir das pessoas até tornar-se parte integrante de suas vidas?” (MOSCOVICI, 1991, p.77).

Neste ponto, Moscovici chama atenção para a função da memória no processo de objetivação e ancoragem:

[...] a ancoragem e a objetivação são, pois, maneiras de lidar com a memória. A primeira mantém a memória em movimento e a memória é dirigida para dentro, está sempre colocando e tirando objetos, pessoas e acontecimentos, que ela classifica com um tipo e os rotula com um nome. A segunda, sendo mais ou menos direcionada para fora (para outros), tira daí conceitos e imagens para juntá-los e reproduzi-los no mundo exterior, para fazer as coisas conhecidas a partir do que já é conhecido. (MOSCOVICI, 2009, p.78).

Durante décadas, na psicologia, a memória foi estudada como se fosse um tema exclusivamente voltado ao indivíduo, mas há algum tempo tem havido um interesse das ciências sociais pelas

dimensões sociais e culturais presentes na memória humana, aparecendo primeiro na sociologia e na história e mais recentemente na psicologia social (NAIFF; SÁ e NAIFF, 2008). O conceito de memória social, como vem sendo tratado na atualidade, tem suas raízes nas teorizações seminais de Maurice Halbwachs.

Maurice Halbwachs, sociólogo francês, discípulo de Durkheim, escreveu seus principais trabalhos entre as décadas de 20 e 40, se dedicou a entender a formação da consciência social e tem sido utilizado por sociólogos, psicólogos, historiadores e antropólogos (SCHMIDT e MAHFOUD, 1993).

Para Halbwachs (2006), a memória do indivíduo não é estritamente individual, uma vez que o ser humano não vive isoladamente, e por isso não constrói sozinho suas memórias, suas lembranças estão sempre vinculadas a um grupo social e, portanto, faz uso de referências determinadas pela sociedade e também da memória de outras pessoas para reforçar suas próprias. O fato de a memória ser coletiva, não significa que todos possuem as mesmas lembranças, mas que partilham socialmente o mesmo conteúdo.

Contudo, se a memória coletiva tira sua força e sua duração por ter como base um conjunto de pessoas, são os indivíduos que se lembram, enquanto integrantes do grupo. Desta massa de lembranças comuns, umas apoiadas nas outras, não são as mesmas que aparecerão com maior intensidade a cada um deles. De bom grado, diríamos que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda segundo o lugar que ali ocupa e que esse mesmo lugar muda segundo as relações que mantenho com os outros ambientes (HALBWACHS, 2006, p. 69).

O caráter social assume um papel fundamental na construção da memória individual, ou seja, torna-se elemento condicionante da formação da memória pessoal. Mesmo ainda criança, o indivíduo entra em contato com o passado relativamente recente dos indivíduos que fazem parte do seu convívio, assimilando dessa forma, o passado de um grupo social, no qual irá se apoiar futuramente, criando um senso de identidade com o coletivo (HALBWACHS, 2006).

Neste sentido, têm-se dois tipos de memória, a individual e a social, ou memória autobiográfica e memória histórica. A memória individual não está fechada ou isolada, pois mantém com o meio externo contato constante, evocando lembranças que envolvem outras pessoas e pontos de referências que existem fora de

si. A memória autobiográfica recebe ajuda da memória histórica, uma vez que essa é mais ampla e a nossa história de vida está contida na história em geral. Nossa memória não se apoia na história aprendida, mas na história vivida, pois os livros e narrativas em geral apresentam apenas quadros muito esquemáticos e incompletos (HALBWACHS, 2006).

Para Nora (1993) a diferença entre memória e história consiste em que a primeira é sempre atual, representa um elo vivido no eterno presente, é afetiva e mágica, não se acomodando a detalhes que a confortam, se alimenta de lembranças vagas e telescópicas, já a história é uma representação do passado, é uma operação intelectual e laicizante que demanda análise e discurso crítico.

Neste sentido, Halbwachs esclarece:

Com tudo que foi dito antes, concluímos que a memória coletiva não se confunde com a história e que a expressão memória histórica não é muito feliz, pois associa dois termos que se opõe em mais de um ponto. A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito

tempo foram seu repositório vivo (HALBWACHS, 2006, p. 100).

Seguindo essa perspectiva, Halbwachs (2006), ainda afirma que a história é uma só, ainda que esteja pensando na história de um país ou de uma região, existe apenas uma história daquele local, mas memórias coletivas existem muitas, pois ao longo da vida pertencemos a distintos grupos, partilhando diferentes experiências, que inclusive estão situadas no tempo e no espaço, formando-se em determinados lugares em meio a determinados objetos que vão assumindo seu papel na construção destas memórias.

Na linha da teoria halbwachiana, interessa também a contribuição de Pollak (1992), que acrescenta o fato de que a memória individual é fundamentada tanto nos fatos vivenciados pessoalmente pelo indivíduo como também, é intuída pelo que o autor chama de eventos vividos por tabela, que se referem à projeção de fatos que não foram vivenciados pessoalmente, mas, que de alguma forma, afetaram a coletividade à qual o indivíduo pertence. A interação e socialização do indivíduo com o grupo chegam a um nível de identidade tão intenso que os faz assimilar as memórias recebidas como se fossem acontecimentos da sua própria história.

[...] “É perfeitamente possível que, por meia da socialização política, ou [...] histórica, ocorra um fenômeno de projeção ou de identificação com determinado passado tão forte, que podemos falar numa memória quase que herdada” (POLLAK, 1992, p. 201).

Diante da noção de história e memória exposta até aqui, parece que não se pode ignorar a ligação existente entre as representações sociais e a memória coletiva, uma vez que a própria memória individual não diz respeito apenas a memórias isoladas, individuais e sim a lembranças que evocam o tempo todo as relações desse indivíduo com as outras pessoas, objetos e lugares. Esse acervo de memórias internas e externas, autobiográficas ou sociais estarão à disposição da própria sociedade no momento da execução dos processos de objetivação e ancoragem, por isso é que o processo cognitivo individual e o coletivo estão inegavelmente imbricados, ficando difícil desmembrar a esfera individual da coletiva:

As memórias pessoais não são concebidas como tendo uma origem e um funcionamento estritamente individuais, mas sim como resultado de um processo de construção social. São, assim, memórias sociais, embora o locus desse processo construtivo seja a pessoa, pois é ao passado dela que estão continuamente referidas as lembranças, mesmo que envolvam também fatos sociais, culturais ou históricos de que ela tenha

participado, testemunhado ou simplesmente ouvido falar. (SÁ, 2007, p. 292).

Assim como se pode inferir que as representações sociais nascem do coletivo e de suas memórias, é possível compreender que elas também retornam para o coletivo, modelando o tanto o contexto social como o histórico. Diante disso, mostra-se pertinente apresentar brevemente o funcionamento da transmissão dessas memórias, tomando de empréstimo alguns conceitos da antropologia. A transmissão aqui deve ser entendida com a mobilização das memórias, sem a qual a socialização da memória seria impossível.

Para Candau (2012), o homem social tem na transmissão contínua de conhecimentos entre as gerações, sexos, grupos, etc. a possibilidade de construir sua identidade. Essa transmissão não é pura replicação de acontecimentos, mas “deve atuar no complexo jogo de reprodução e da invenção, da restituição e da reconstrução, da fidelidade e da traição, da lembrança e do esquecimento” (CANDAU, 2012, p. 106).

No processo de transmissão, os signos memoriais – documentos de família, objetos antigos, filmes e fotografias – servem não somente para veicular informação ou ativar a lembrança sobre acontecimentos, mas

principalmente para afirmar o caráter durável do laço familiar. Isso vale também para os grupos profissionais que valorizando comportamentos apropriados e reprimindo os demais, produzem uma memória adequada à reprodução dos saberes e dos fazeres a fim de manter uma identidade profissional (CANDAU, 2012).

Para o autor, existem dois tipos de transmissão, a histórica e a transmissão memorial. A histórica difere radicalmente da memorial, visto que está interessada em esclarecer da melhor forma possível aspectos do passado, ordenando, legitimando, mantendo certa distância, agindo como uma memória emprestada, aprendida, escrita, pragmática, longa e unificada. Enquanto isso, a transmissão memorial busca instaurar o passado, modelar, fundar, fundir-se, num movimento de desordem, envolvido em paixões, emoções e afetos, enfim a vida, afetiva e mágica, enraizada no concreto, no gesto, na imagem e no objeto.

De certo modo essa transmissão memorial, que se opõe a frieza da transmissão histórica nos remete a apropriação do conhecimento que ocorre por parte da sociedade quando transforma o distante em próximo, o estranho em familiar:

Um povo, uma instituição, uma descoberta, etc. parecem-nos distantes, bizarros, porque não estamos neles, porque se formaram e evoluíram “como se não existíssemos”, sem relação alguma conosco. Representá-los conduz a repensá-los, a reexperimentá-los, a refazê-los à nossa maneira, em nosso contexto, “como se aí estivéssemos”; em suma, introduzir-nos numa região do pensamento ou do real de que fomos eliminados e, de fato, a investir-nos nela e a tomá-la como própria (MOSCOVICI, 1978, p. 64)

É preciso esclarecer, que a inserção dos conceitos de memória coletiva e transmissão não têm por objetivo comparar representações sociais com o processo de construção da memória, mas sim apenas incluir na discussão das representações sociais um sujeito carregado de lembranças, experiências, afetos e emoções, fato que também não é novidade no estudo das representações sociais, como se pode notar na fala de Jodelet:

Mas é necessário dizê-lo: as Representações Sociais devem ser estudadas articulando elementos afetivos, mentais e sociais e integrando, ao lado da cognição, da linguagem e da comunicação, a consideração das relações sociais que afetam as representações e a realidade material, social e ideal sobre as quais elas vão intervir (JODELET, 1989b, p. 41).

Um exemplo dentre os estudos de representações sociais que enfatizam aspectos históricos, está o de Jodelet,

Loucuras e Representações Sociais (2005), onde a autora, na década de 70, investigou uma comunidade rural da França, em que os doentes mentais viviam livremente. Jodelet faz uso do aspecto da historicidade da loucura em suas análises devido a constatação de comportamentos que indicavam que os indivíduos pensavam aspectos de seu cotidiano, tomando por referência teorizações historicamente situadas (VILLAS BÔAS, 2010).

As representações sociais são alimentadas tanto pelos conhecimentos provenientes da experiência cotidiana como pelas reapropriações de significados historicamente consolidados. Essa reapropriação do passado possui certa plasticidade à medida que cada geração altera, ou não, o sentido e a compreensão dos conhecimentos preexistentes. Cada contexto atual recorta um conteúdo do passado que será reatualizado por meio de uma interpretação própria. (VILLAS BÔAS, 2010).

Em suma, as memórias pessoais não possuem um funcionamento individual, uma vez que resultam de um processo de construção social que está constantemente sendo personalizado pelas lembranças, vividas ou não vividas pessoalmente pelo sujeito ou pelo grupo que o produz. Desse

modo, o próximo tópico dedica-se a conhecer o perfil desse produtor das representações sociais.

AFINAL, QUEM SÃO OS SUJEITOS QUE PRODUZEM AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS?

A Teoria das Representações Sociais, além de introduzir uma nova forma de compreensão da formação do conhecimento, possui igualmente como ponto de destaque, sobretudo para uma reflexão proveniente dos estudos organizacionais, a forma pela qual enxerga o sujeito ou os sujeitos que produzem as representações sociais. Moscovici (1978), em seu trabalho seminal sobre a representação social da psicanálise, mesmo não tendo dedicado atenção especial na caracterização desses sujeitos, ao longo de sua obra nos dá pistas de seu perfil.

Uma condição necessária para a compreensão dos sujeitos que a produzem é, lembrar o caráter modelador das representações sociais. Moscovici (1978), alerta para a necessidade de que se encare a representação social de um modo ativo, uma vez que seu papel é modelar aquilo que é dado do exterior. Essa reconstrução implica num remanejamento das estruturas, numa remodelação dos elementos, em que se faz uso da liberdade mental e linguagem

para circunscrevê-lo, arrastá-lo ao fluxo de suas associações e impregná-lo de suas metáforas e projetá-lo em seu verdadeiro espaço, que é simbólico, pois no final, as representações produzem e determinam comportamentos. “Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos” (MOSCOVICI, 1978, p. 26).

Na verdade, as representações sociais não devem ser entendidas como simples reprodução, mas como produção de comportamentos e de relações com o meio ambiente e isso implica que os sujeitos envolvidos sejam mais que meros repetidores de informações e de comportamentos:

[...] os indivíduos, em sua vida cotidiana, não são apenas essas máquinas passivas para obedecer a aparelhos, registrar mensagens e reagir às estimulações exteriores, em que os quis transformar uma Psicologia Social sumária, reduzida a recolher opiniões e imagens. Pelo contrário, eles possuem o frescor da imaginação e o desejo de dar um sentido à sociedade e ao universo a que pertencem (MOSCOVICI, 1978, p. 56)

Na perspectiva de Sawaia (1995, p.76), ao criar a Teoria das Representações Sociais, Moscovici enfatizou “a visão do sujeito ativo

e criativo na sociedade, em contraposição à passividade a que foi reduzido o homem na teoria cognitivista, apontando a função simbólica e de poder de construção do real do aparelho cognitivo”.

Por meio desses conceitos, o sujeito da representação social mostra-se como àquele que, por meio da própria capacidade cognitiva e das relações que mantém com os outros sujeitos, utiliza seu potencial criativo para assimilar, interpretar e produzir conhecimento, um conhecimento que o leva à ação e à comunicação, mantendo dessa forma suas relações interpessoais. Para Jovchelovitch (2000), o sujeito deve ser entendido como um elemento ativo de construção e re-construção da representação, uma vez que é o autor dessas construções psíquicas e detém o poder de transformá-las na medida em que elas se desenvolvem.

A representação social é a construção do sujeito social, um sujeito que não chega a ser um produtor independente, mas que também não é apenas produto de determinações sociais. Aqui o posicionamento indivíduo-sociedade foge tanto ao determinismo social, em que o homem é produto da sociedade, quanto ao voluntarismo puro, que vê o sujeito como livre agente; buscando um posicionamento

mais integrador, situando o homem no processo histórico, abre espaço para as forças criativas da subjetividade, bem como abre espaço igualmente para a própria subjetividade, trazendo para o centro da discussão a questão do afeto, uma vez que as representações não são meras expressões cognitivas, mas estão permeadas igualmente pelo afeto (SPINK, 1993).

É quase obvio expor argumentos que coloquem o sujeito ou o grupo que produz as representações sociais como sujeito ativo, criativo, e capaz não apenas de reproduzir, mas sim produzir conhecimento, mas a questão que ainda permanecia em dúvida é até onde vai a autonomia desse sujeito na abordagem da Psicologia Social sobre as Representações Sociais, e essa resposta obteve-se logo acima com Spink (1993), onde esse sujeito não é considerado um livre agente do voluntarismo puro, mas um sujeito criativo e ativo. Considera-se, portanto, esta visão bastante coerente com a caracterização do sujeito percebida na obra seminal de Serge Moscovici (1978) sobre a Representação Social da Psicanálise, onde o poder criador e modelador da atividade representativa é constantemente reforçado.

Mesmo não sendo esse sujeito social totalmente livre para transformar sua

realidade, não se pode negar que por meio do processo das representações sociais esse sujeito ganha espaço para fazer uso de seu saber popular, de seus afetos e de sua memória para interpretar o novo, comunicar e agir por meios dessas novas e constantes formulações. Isso faz da Teoria das Representações Sociais uma abordagem que valoriza a capacidade criadora do sujeito e da sociedade, respeitando as potencialidades e limitações contidas no processo de elaboração e partilha do conhecimento.

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: POSSÍVEIS CONTRIBUIÇÕES PARA OS ESTUDOS ORGANIZACIONAIS

Essa concepção de homem não universal, ao mesmo tempo coletivo e personalizado, não totalmente livre, mas autônomo o suficiente para fugir de um determinismo social, pode, dentre outros elementos, trazerem contribuições para os Estudos Organizacionais. A intenção de incluir esse aspecto no encerramento desse ensaio, não retrata somente o desejo de situá-lo como uma reflexão proveniente de uma área distinta da Psicologia Social, mas também representa um interesse por não deixar que a compreensão de uma teoria tão significativa e interdisciplinar passe sem

deixar marcas ou ensinar algo de relevante à área da Administração.

A Teoria das Representações Sociais já tem sido utilizada nos estudos organizacionais como forma de compreensão de fenômenos sociais e organizacionais, envolvendo temas como gênero, relações de trabalho, exclusão, cotidiano, grupos profissionais, entre outros (DINIZ & CARRIERI, 2009; FIGUEIREDO & CAVEDON, 2012; CARRIERI, MURTA, TEIXEIRA & SOUZA, 2012; LOCATELLI & FONTOURA, 2013; SARAIVA, SOARES & NATT, 2013; CAVEDON, 2014; FERRAZ, MACIEL & SOUSA, 2015; BORGES, MEDEIROS & CASADO, 2011). Além disso, mesmo que em menor número, há também discussões teóricas envolvendo RS e os estudos organizacionais (VERGARA & FERREIRA, 2007; GUERRA & ICHIKAWA, 2011; LEITE-DASILVA, CARRIERI & JUNQUILHO, 2011)

Para Martins-Silva et al. (2016), apesar da produção científica no Brasil que envolve a utilização da Teoria das Representações Sociais no campo dos estudos organizacionais, ser considerada incipiente, as RS se configura como uma teoria relevante na análise e na compreensão dos fenômenos organizacionais. Os autores, em sua análise bibliométrica, afirmam que ainda é necessário um amadurecimento tanto em termos quantitativos como

qualitativos, no sentido de aproveitar o potencial da teoria, o que poderia ser alcançado por meio de discussões teóricas mais aprofundadas.

Considerando que, desde suas origens, os estudos organizacionais, pautaram-se na interpretação das transformações do capitalismo industrial que trouxeram mudanças, tornando o mundo bastante distinto daquele da produção e administração de pequena escala, em que a natureza humana foi transformada pela organização racional e científica (Reed, 1998). Sant-Simon implanta a ideia da organização como forma de poder, onde a nova ordem seria regida por princípios científicos absolutamente independentes da vontade humana. A ideia era a prevalência das leis científicas sobre a subjetividade humana, transformando as irracionalidades humanas em comportamentos racionais. A sociedade passou a ser vista como um arranjo de funções, uma construção utilitária de atividades integradas, em que organização passa a ser um método de controle social, um meio de impor ordem, estrutura e uniformização à sociedade (WOLIN, 1961).

O projeto modernista, que serve de base para a tradicional forma de administrar, vem da ideia iluminista de libertar o homem

do poder das trevas – explicações dogmáticas e superstições – e levá-lo a um mundo de certezas mediadas puramente pela razão. Segundo Alvesson e Deetz (1998), cada um dos temas do iluminismo – as trevas, a tradição, a ideologia, a irracionalidade, a ignorância e autoridade hierárquica – está profundamente arraigado na teoria administrativa modernista. Modelado no rastro positivista e de outros modelos racionais, visava-se resultados previsíveis medidos por produtividade, resolução técnica de problemas, e inclusive em valores humanos que pregavam a emancipação até mesmo das emoções do corpo, em que o espírito e a fé poderiam ser colocados sob controle racional.

Como Alvesson e Deetz (1998, p. 228) afirmam, “o ataque a tradição modernista é central parra os estudos críticos e pós-modernos”, mas mesmo que teoricamente tenha havido algum tipo de avanço, é possível inferir que, talvez na prática, as organizações ainda mantenham essa mesma concepção de homem racional, universal, isento de emoções, de memórias e principalmente de capacidade ativa de transformar a realidade à sua volta.

Destaca-se aqui, a importância das organizações, em desconstruir essa imagem de homem racional, que se adapta perfeita e

facilmente a soluções técnicas e manuais de procedimentos, como meros replicadores de instruções ou mensagens, pois estudos têm apontado, como é o caso das representações sociais, que esse homem, mesmo sendo parte integrante de um coletivo, não representa um elemento universal, facilmente previsível e determinado.

É preciso admitir a pluralidade humana, esse universo em que discurso e ação são condição necessárias, pois as pessoas são diferentes e ao mesmo tempo as mesmas, se fossem todos idênticos não haveria necessidade de comunicação ou de ação, e se não tivessem nada em comum a fala ou a ação não se justificariam em si mesmas (JOVCHELOVITCH, 1995). Portanto a condição essencial para a comunicação e a ação é “o fato de que homens, e não o Homem vivem na terra e habitam o Mundo” (ARENDDT, 1958, p. 7).

Em suma, acredita-se que as Representações Sociais, enquanto campos socialmente estruturados - na interface de contextos sociais de curto e longo alcances históricos – e enquanto núcleo estruturante – pela práxis com função de orientação de condutas, proteção de identidades sociais e familiarização com a novidade (SPINK, 1993), deve ser considerada como uma teoria que apresenta pontos de contato com

outras teorias já trabalhadas num contexto mais construtivistas dos estudos organizacionais e que tem um número considerável de elementos que pode contribuir com os estudos organizacionais, sobretudo, no que refere ao sujeito que integra a organização e que traz consigo emoções, memórias partilhadas e capacidade de interpretação e de ação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Além de criar uma teoria que explica uma forma particular de conhecimento, Serge Moscovici, inspirado pelo conceito durkheimiano de representações, estabelece uma forma específica de tratar o saber popular, ou o senso comum, e também renova o olhar da Psicologia Social, aprofundando seu foco na força que provém das relações verdadeiramente sociais.

Desse modo Moscovici (1978), adverte a Psicologia Social quanto a necessidade de se voltar à compreensão do conhecimento que os indivíduos e os grupos possuem e utilizam sobre a sociedade e como esse conhecimento se organiza, pois, as representações sociais instauram a preocupação com as “condutas imaginárias e simbólicas na existência ordinária das coletividades” (MOSCOVICI, 1978, p. 81, grifo nosso).

Fica claro que, na grande roda científica sobre as formas de conhecimento, o homem comum em sua cotidianidade, por meio da Teoria das Representações Sociais, ganha espaço e um espaço de respeito, com direito de se comunicar livremente, se inteirar do novo, interpretar, modelar e agir no mundo por meio desta familiarização ou domesticação do que, até então, lhe era estranho.

Considerando que o principal objetivo deste ensaio teórico foi discutir a influência da história e da memória coletiva no processo de elaboração das representações sociais é preciso destacar que, nesse processo de familiarização - objetivação e ancoragem - esse sujeito não fará uso tão somente de um acervo formado à curto prazo, pois traz consigo memórias de um passado que, assim como sua condição atual, também foi partilhado e construído coletivamente e está permeado por experiências mediadas por objetos ou ferramentas reais e mentais.

Essas recordações, que não são apenas individuais, ou nem tão pouco vividas pessoalmente, compõem a memória coletiva desse grupo, servindo de base para a construção dos novos conceitos. Ao descrever o processo de transformação de um conhecimento indireto em conhecimento

direto, Moscovici faz uma minuciosa e importante descrição:

Contudo, ao tornar-se interior, e para que seja interiorizado, o conhecimento penetra no “mundo da conversação”, prosseguindo as permutas verbais depois de certo tempo. Uma frase, um enigma, uma teoria, apanhados no ar, aguçam a curiosidade, prendem a atenção. Fragmentos de diálogo, leituras descontínuas, expressões ouvidas algures retornam ao espírito dos interlocutores, misturam-se às suas impressões; brotam as recordações, as experiências comuns apossam-se delas (MOSCOVICI, 1978, p. 53, grifo nosso).

Neste sentido, compreender o processo de objetivação e ancoragem desse sujeito coletivo apenas por meio de uma perspectiva de presente, talvez seja insuficiente. Esse sujeito é composto também por memórias, lembranças, experiências que carrega consigo, e que servem de apoio para a construção não apenas de conhecimentos, mas também de comportamentos. Sua história de vida, as histórias que ouviu e que experimentou coletivamente, juntamente com outros elementos, compõem o processo de familiarização que torna esse sujeito capaz de modelar aquilo que lhe é dado do exterior, e assim comunicar-se, relacionar-se e modificar minimamente seu ambiente.

Em suma, é possível afirmar que a dinâmica das representações sociais requer um tipo específico de homem, não mais como máquinas passivas, replicadoras de mensagens, não mais um sujeito munido somente do tempo presente, mas sim um sujeito histórico, ativo, que vivencia processos individuais e coletivos intimamente imbricados, com desejo de dar sentido à realidade, criador de concepções e que, motivado pelo objetivo de resolver problemas e sanar contradições, é capaz de se apropriar de novos elementos, ancorá-los em concepções já existentes, em histórias vividas e compartilhadas, torná-lo quase palpável e lançá-lo novamente ao mundo das interações sociais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ÁLVARO, J.L.; GARRIDO, A. **Psicologia social: perspectivas psicológicas e sociológicas**. São Paulo: MccGraw-Hill, 2006.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria Crítica e abordagens pós-modernistas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.
- ARENDDT, H. **The Human Condition**. Chicago: The University of Chicago Press, 1958.
- BORGES, J. F.; MEDEIROS, C. R. O.; CASADO, T. Práticas de gestão e representações sociais do administrador: algum problema? **Cadernos EBAPE.BR**, 9. ed. Especial, p. 531-563, 2011.
- CANDAU, J. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2012.
- CARDOSO, C. F. Introdução: Uma opinião sobre as representações sociais. In.: CARDOSO, C. F.; MALERBA, J. (Orgs). **Representações: contribuição a um debate transdisciplinar**. Campinas: Papyrus, 2000.
- CARRIERI, A. D. P.; MURTA, I. B. D.; TEIXEIRA, J. C.; SOUZA, M. M. P. Estratégias e táticas empreendidas nas organizações familiares do Mercado de Madureira (Rio de Janeiro). **Revista de Administração Mackenzie**, 13(2), 196-226, 2012.
- CAVEDON, N. R. As representações sociais circulantes no período de margem do ritual de passagem: o caso dos peritos criminais em estágio probatório. **Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 2, p. 66-96, mar./abr., 2014.
- DINIZ, A. P. R.; CARNIERI, A. P. Invisibilidade social e trabalho em turnos: uma reflexão a partir das representações sociais dos garçons. **EnGPR**. II Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Curitiba/PR, 2009.
- DURKHEIM, E. **As regras do método sociológico**. Pensadores. São Paulo: Abril, p.71-156, 1978.
- FERRAZ, D. L. S.; MACIEL, J. A.; SOUSA, R. R. Representações sociais sobre ser trabalhador terceirizado e a precarização do trabalho. **V EnGPR**. Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho Salvador/BA, 2015.
- FIGUEIREDO, M. D.; CAVEDON, N. R. O espaço organizacional e o espaço da cidade: as diversas formas de apropriação física e simbólica de um centro comercial em Porto Alegre. **Gestão e Sociedade**, 6(15), 227-253, 2012.
- FARR, R. M. Social Representations: A french tradition of research. **Journal for the Theory of Social Behaviour**, 17 (December), p. 343-369, 1987.
- GONZÁLEZ REY, F. **O social na psicologia e a psicologia social**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

GUERRA, G. C. M; ICHIKAWA, E. Y. A institucionalização de representações sociais: uma proposta de integração teórica. **REGE Revista de Gestão**, São Paulo – SP, Brasil, v. 18, n. 3, p. 339-359, jul./set. 2011

HALBWACHS, M. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

JODELET, D. Représentations Sociales: phénomènes, concept et théorie. In: MOSCOVICI, S. (ed.). **Psychologie sociale**. Paris, Presses Universitaires de France, 1984.

_____. La representación social: fenómenos, concepto y teoría. In.: MOSCOVICI, S. (Dir.). **Psicología Social.Vol.2, Pensamiento y vida social**. Psicología social y problemas sociales. Barcelona: Paidós, p.469-495, 1986.

_____. **Folies et représentations sociales**. Paris: Presses Universitaires de France, 1989a.

_____. **Représentations Sociales: um domaine en expansion**. In.: **Les Représentations Sociales**. Paris, PUF, 1989b.

_____. **Loucuras e representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 2005.

JOVCHELOVITCH, S. Vivendo a vida com os outros: intersubjetividade, espaço público e representações sociais. In.: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEITE-DA-SILVA, A. R.; CARRIERI, A. P.; JUNQUILHO, G. S. A estratégia como prática social nas organizações: articulações entre representações sociais, estratégias e táticas cotidianas. **Revista de Administração de São Paulo**, v. 46, n. 2, p. 122-134, 2011.

LOCATELLI, P. A. P. C.; FONTOURA, D. S. Envelhecimento Populacional e os Estudos em Administração. **Gestão e Sociedade**. Belo Horizonte • Volume 7 • Número 17 • P. 273-300, Maio/Agosto 2013.

MARTINS-SILVA, P. O.; SILVA JUNIOR, A.; PERONI, G. G. H.; MEDEIROS, C. P.; VITÓRIA, N. O. Teoria das representações sociais nos estudos organizacionais no Brasil: análise bibliométrica de 2001 a 2014. **Cad. EBAPE.BR** [online], vol.14, n.4, pp.891-919, 2016.

MINAYO, M. C. S. O conceito de representações sociais dentro da sociologia clássica. In.: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

MOSCOVICI, S. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. Notes towards a description of Social Representations. **European Journal of Social Psychology**, 18: 11-250, 1988.

_____. La Fin des représentations sociales? (débattant Jean Maisonneuve). In: AEBISCHER, V.; DECONCHY, J-P.; LIPIANSKY, E. M. (Ed.). **Idéologies et représentations sociales**. Suisse: Delval, p. 65-84, 1991.

_____. Prefácio. In.: GUARESCHI, P.; JOVCHELOVITCH, S. **Textos em representações sociais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. O fenômeno das Representações sociais. In.: MOSCOVICI, S. **Representações Sociais: investigação em psicologia social** (pp. 29-109). 6ª ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

NAIFF, L. A. M; SÁ, C. P.; NAIFF, D. G. M. Preciso estudar para ser alguém: Memória e representações sociais da educação escolar. **Paidéia**, 18 (39), p. 125-138, 2008.

NORA, P. **Entre Memória e História: a problemática dos lugares**. Projeto História. São Paulo (10). Dez. 1993.

POLLAK, M. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

REED, M. Teorização Organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. (orgs.). **Handbook de estudos organizacionais**. São Paulo: Atlas, 1998.

SÁ, C. P. Representações Sociais: o conceito e o estado atual da teoria. In.: SPINK, M. J. (Org.) **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

_____. Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. In: **Psicologia Reflexão e Crítica**. Vol. 20, num. 002. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 290- 295.

SARAIVA, L. A. S; SOARES, C. B. A.; NATT, E. D. M. Representações Sociais das Relações de Trabalho em um contexto Pós-Primarização. **IV EnGPR**. Encontro de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho, Brasília/DF, 2013.

SAWAIA, B. B. Representação e ideologia: o encontro desfeticizador. In.: SPINK, M. J. (Org.) **O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

SCHMIDT, M. L. S; MAHFOUD, M. Halbwachs: Memória Coletiva e Experiência. **Psicologia-USP**, 4 (1/2), p. 285-298, 1993.

SPINK, M. J. P. O conceito de Representação Social na abordagem psicossocial. **Cad. Saúde Pública** [online]. vol.9, n.3, pp.300-308, 1993.

VERGARA, S.; FERREIRA, V. C. P. Teoria das Representações Sociais: Uma Opção para Pesquisas em Administração. **Revista Angrad**, v. 8, n. 2, p. 225-241, 2007.

VILLAS BÔAS, L. P. S. Uma abordagem da historicidade das representações sociais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 379-405, maio/ago. 2010.

WOLIN, S. **Politics and vision**. Londres: Allen and Unwin, 1961.

CONTATO

Viviani Teodoro dos Santos,

Universidade Estadual de Maringá - UEM

Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR

Email: vivi_adm3@hotmail.com

Elisa Yoshie Ichikawa

Universidade Estadual de Maringá - UEM

E-mail: eyichikawa@uem.br